

ANÁLISE DA FERTILIDADE KAMATURÁ

Carmem Junqueira de Barros Lima e
Candido Procopio Ferreira de Camargo
do CEBRAP

1. TEORIA DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

O inédito crescimento populacional contemporâneo ocasionou a recente expansão dos estudos demográficos. Análises de censos e estudos empíricos por amostragem multiplicaram-se nos últimos 30 anos. Ambiciosos projetos de planificação familiar procuraram afastar o espectro das previsões malthusianas.

A atual expansão demográfica, fundamentalmente devida ao crescimento da população dos países subdesenvolvidos (Quadro I) coloca de modo agudo problemas de caráter econômico, social e político.

A pressão do aumento populacional traz consequências políticas internas em vários países e redefine a distribuição de etnias e culturas em perspectiva internacional. Implica, igualmente, em problemas econômicos, interpretados de forma catastrófica pelos economistas de orientação neo-malthusiana (1).

Os trabalhos de campo em demografia, as interpretações teóricas e as análises versando sobre o relacionamento entre as variáveis populacionais e as de natureza econômica e social estão geralmente baseadas em uma concepção teórica que se convencionou chamar de transição demográfica. Grande número de trabalhos científicos recorre a esta teoria de modo explícito. Constitui ela o arcabouço explicativo mais genérico para a compreensão da dinâmica das populações modernas. Mesmo quando não haja explicitação formal, os pressupostos

(1) Crítica original e bem fundada da posição neo-malthusiana foi elaborada por SINGER, Paul - Dinâmica populacional e desenvolvimento. São Paulo, CEBRAP, 1970.

QUADRO I

POPULATION GROWTH IN THE TWENTIETH CENTURY

YEAR	DEVELOPED (2)	UNDERDEVELOPED			
		TOTAL	ASIA (3)	LATIN AMERICA	AFRICA
		POPULATION (IN MILLIONS (4))			
1900	554	996	813	63	120
1925	700	1,207	961	99	147
1950	838	1,659	1,297	163	199
1975	1,115	2,741	2,107	303	331
2000	1,448	5,459	4,145	651	663
PER CENT INCREASE					
1900-1925	26,4	21,2	18,2	57,1	22,5
1925-1950	19,7	37,4	35,0	64,6	35,4
1950-1975	33,0	65,2	62,5	85,9	66,3
1975-2000	29,9	99,2	96,7	114,8	100,3
PER CENT OF EARTH'S TOTAL					
1900	35,7	64,3	52,4	4,1	7,7
1925	36,7	63,3	50,4	5,2	7,7
1950	33,6	66,4	51,9	6,5	8,0
1975	28,9	71,1	54,6	7,9	8,6
2000	21,0	79,0	60,0	9,4	9,6

(2) Including Europe, USSR, Northern America, Australia, New Zealand, and Japan.

(3) Excluding the Asian portion of the USSR and Japan.

(4) Enumerated or estimated, 1900-1950; projected, 1975 and 2000, high estimates, Source (with modifications): United Nations Department of Economic and Social Affairs, The future growth of world population. Table 5, p. 23, Population Studies nº 28. New York, 1958.

FONTE: HAUSER, Philip M., ed. - The population dilemma. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1965. p. 35.

da teoria da transição demográfica inspiram a seleção de dados e o delineamento da maioria das pesquisas demográficas contemporâneas. Seria impróprio esboçar no presente artigo uma crítica epistemológica da teoria da transição demográfica, que apresenta, inegavelmente, vantagens operacionais. Queremos apenas, ao descrever a dinâmica populacional dos Kamaiurá, especialmente seu comportamento reprodutivo, pôr em questão certos abusos de generalização, bem como mostrar a irrelevância, no caso concreto, de categorias dicotômicas, de tipo tradicional versus moderno, incluídas nos fundamentos da teoria da transição demográfica.

Uma exposição precisa e sucinta da teoria da transição demográfica foi formulada por Coale e Hoover:

"In barest outline the sequence of events, according to the theory of demographic transition, can be summarized as follows: The agrarian low-income economy is characterized by high birth and death rates - the birth rates relatively stable, and the death rates fluctuating in response to varying fortunes. Then as the economy changes its form to a more interdependent and specialized market-dominated economy, the average death rate declines. It continues to decline under the impact of better organization and improving medical knowledge and care. Somewhat later the birth rate begins to fall. The two rates pursue a more or less parallel downward course with the decline of the birth rate lagging behind. Finally, as further reduction of the death rate becomes harder to attain, the birth rate again approaches equality with the death rate and a more gradual rate of growth is re-established, with, however, low risks of mortality and small families as the typical pattern. Mortality rates are now relatively stable from year to year and birth rates - now responsive to voluntary decisions rather than to deeply imbedded customs - may fluctuate from year to year"(2).

A ampla utilização, por vezes implícita, da teoria da transição demográfica, com a finalidade de descrever e interpretar tendências populacionais contemporâneas, tem envolvido generalizações não substanciadas em fatos. O exemplo da pequena população Kamaiurá é bastante ilustrativo.

(2) COALE, A.J. & HOOVER, E.M. - Population growth and economic development in low-income countries. Princeton, Princeton University Press, 1958. p. 12-13.

Visando a facilitar o confronto entre a perspectiva teórica da transição demográfica e os fatos populacionais observados na tribo Kamaiurá, propomo-nos ressaltar alguns dos aspectos particularmente contrastantes. Neste sentido pode-se dizer que a teoria da transição demográfica supõe que:

- 1ª) Os povos pré-industriais têm alta fertilidade, que é regulada somente por normas sociais que afetam - de modo não intencional - as variáveis intermediárias de Davis e Blake.
- 2ª) Os povos pré-industriais não definem de maneira expressa e intencional o número de filhos desejados, tendendo a perceber, como uma fatalidade, o tamanho normalmente alcançado por suas famílias.
- 3ª) As culturas dos povos pré-industriais não explicitam valores racionais, colocados como fins ou como meios, na justificativa do número de filhos considerados ideais.

2. O GRUPO ESTUDADO

Na região dos formadores do rio Xingu vivem os índios Kamaiurá, de filiação linguística tupi, em profunda interação com outros grupos tribais (3) mas resguardados de contato regular com a sociedade brasileira. Os fatores que mais favoreceram tal isolamento parecem ter sido as barreiras naturais que circundam a região, a presença de tribos indígenas agressivas e o relativo desinterêsse econômico da sociedade nacional por aquelas terras. Embora, no momento, estejam os elementos que garantem o isolamento ameaçados de perto tanto pela abertura de rodovias, como pela "neutralização" de tribos hostis e pelo vivo interêsse por terras indígenas, vivem ainda os Kamaiurá como um grupo que se distingue da chamada "civilização ocidental".

A história de seu contato com representantes dessa civilização remonta a 1884, com a expedição de Karl von den Steinen. Daí por diante, várias expedições penetraram na região e estabeleceram contatos intermitentes e de curta duração com o índio alto-xinguano.

(3) Aweti, Waurá, Mehinako, Iawalapiti, Kuikuro, Kalapalo e Nahukwá.

Um canal de contato mais regular, se bem que indireto, estabeleceu-se ainda em 1884, com a aproximação dos índios Bakairi, dos rios Nôvo e Paramatinga, aos do rio Batovi. Êsse encontro, que mais tarde provocou o deslocamento dos Bakairi dos formadores do Xingu-para o Paramatinga, propiciou a entrada de objetos da civilização, bem como de doenças na região. Mas somente na década dos quarenta, do presente século, é que os alto-xinguanos estabeleceriam contato mais estreito com a sociedade nacional.

Em 1942, com a criação do órgão federal Fundação Brasil Central, inicia-se a abertura de estradas e o estabelecimento de acampamentos na área. A coluna de homens responsáveis por essa penetração, denominada Expedição Roncador-Xingu, alcança em 1946 a zona dos formadores do Xingu e funda, num de seus tributários, o ribeirão Jacaré, um pôsto com o mesmo nome. Permanecem nesse pôsto e noutro - Diawarum - localizado mais ao norte, os irmãos Villas Boas, procurando proteger os índios de maneira mais efetiva. Os resultados das experiências do Serviço de Proteção aos Índios, em algumas dezenas de anos de atividade indigenista, mostravam claramente, que não bastava a instalação de postos assistenciais para garantir a sobrevivência do índio. O processo de expansão da sociedade brasileira e o avanço violento de suas frentes pioneiras, quando não exterminavam sumariamente o índio, colocavam-no frente a uma situação de contato a cujo impacto não podia resistir por carência de recursos biológicos e culturais.

A primeira etapa da tarefa a ser realizada pelos irmãos Villas Boas era garantir ao alto-xinguanos, de maneira efetiva, a posse da terra, não permitindo que o território sofresse redução capaz de colocar em perigo o funcionamento de sua economia tradicional. E não há dúvida de que se não fôssem adotadas medidas severas a êsse respeito, de pouco valeria a instalação de postos na região. Prova disso foi dada poucos anos após a penetração da Expedição Roncador-Xingu, na área que, apesar de economicamente marginal, ganhou destaque no cenário brasileiro. Não tardou que a nova região desbravada viesse a ser alvo de interesses imobiliários. Sob as vistas da Fundação Brasil Central, a terra passou a ser retalhada e vendida a particulares. Somente a reação enérgica dos líderes da extinta expedição e do Serviço de Proteção aos Índios conseguiu sustar a comerciali-

zação das terras indígenas. Finalmente, em 1961, é que se vai alcançar uma proteção mais definitiva desse território, com a criação do Parque Nacional do Xingu.

Contando com uma área de 22.000 km², o Parque Nacional do Xingu objetiva assegurar a sobrevivência dos grupos indígenas da área e preservar os recursos de flora e fauna que constituíam reservas destinadas a estudos científicos.

Em linhas gerais, duas preocupações básicas orientam hoje, como na época de sua fundação, as atividades do Parque. De um lado, procura ele garantir a sobrevivência das populações indígenas mediante a adoção de medidas médico-preventivas e curativas. Nesse sentido, interfere, de forma planejada, inclusive na esfera nativa de produção de alimentos, visando o enriquecimento da dieta tradicional. Exerce ainda controle sobre os contatos entre índios e civilizados, tendo em mira impedir a entrada de doenças contagiosas nas aldeias. A longo prazo, empenha-se em preparar o índio para que se mantenha autônomo como povo, quando, num futuro não determinado, entrar em contato mais direto com a sociedade brasileira. Inovações são, para esse fim, introduzidas lentamente ao mesmo tempo em que se procura preservar a coesão social de cada um dos grupos nativos.

Dentro dessa linha de pensamento, o Parque estimula a realização das principais cerimônias nativas e prestigia os líderes das aldeias que detêm controle efetivo sobre o comportamento dos índios. Os dirigentes do Parque, ao mesmo tempo em que encaminham suas atividades em direção aos objetivos previamente estabelecidos, estão também conscientes do perigo que uma mudança provocada pode acarretar; a desorganização e a perda da identidade cultural dos grupos.

A realização dessas tarefas exige por parte dos dirigentes do Parque um controle muito grande de todas as situações que envolvam não só a introdução de novos artigos na área, mas também das relações entre civilizados e índios. O sucesso desse tipo novo de empreendimento reside na identificação e intervenção rápida de todo processo que possa vir a desencadear mudanças desorganizatórias nas aldeias. Quanto menores as interferências, na vida do índio, que escapem ao controle do Parque, maiores serão as garantias da obtenção dos resultados objetivados.

Os contatos entre índios e civilizados ocorrem dentro do próprio Parque, uma vez que este existe como uma verdadeira "reserva" onde é controlada a entrada e a saída de pessoas. Embora seja difícil um total controle sobre o comportamento dos índios, e possam ocorrer saídas irregulares, que aliás são raras, o isolamento da região desestimula as transgressões. Ao lado disso, o Parque, como único fornecedor regular de bens vindos da "civilização", está em condições de persuadir o índio a permanecer dentro de seus limites geográficos.

Dentro do Parque, o índio tem contatos ocasionais com visitantes ou pesquisadores e contatos mais frequentes com o pessoal da Base Aérea da FAB, localizada dentro dos limites do Parque. Contatos regulares e relações mais permanentes os índios mantêm somente com funcionários do Parque. Por força dessa situação de contato controlado, a cultura dos grupos tribais da região, e entre eles a dos Kamaiurá, mantém-se relativamente inalterada, operando a partir de determinantes basicamente tradicionais e, portanto, tribais.

Os dados que apresentamos no presente trabalho foram retirados de pesquisa mais ampla realizada na área, desde 1968. Nessa pesquisa procuramos explicitar e analisar o projeto de vida kamaiurá. Numa análise preliminar do material nos deparamos com elementos que mostravam ser diferente o comportamento fértil do grupo em relação ao comportamento de outras comunidades tribais do Brasil e de grupos vizinhos civilizados, constituídos em sua maioria por uma frente cabocla. E mais ainda, seu comportamento fértil exibia alguns pontos de contato com o das sociedades modernas industrializadas. O fato mereceu grande atenção por ser o comportamento fértil kamaiurá derivado de elaboração cultural interna e não da influência da sociedade brasileira.

3. DADOS DEMOGRÁFICOS

Os dados de natureza demográfica foram coligidos mediante entrevistas, obtendo-se informações relativas ao número e à composição por sexo e idade da população. A especificação da idade foi aproximada, não havendo meios seguros para determinar com precisão o ano de

nascimento dos indivíduos, principalmente dos de mais de 30 anos. Optou-se pela inclusão dos indivíduos em faixas de idade a fim de minimizar as possibilidades de êrro.

As pirâmides de idade apresentadas no Quadro II revelam as drásticas alterações da situação de vida da população em 1949 em comparação com sua situação atual. O quadro de Galvão revela uma composição populacional caracterizada por pequena porcentagem de pessoas com menos de 14 anos devido aos altos índices de mortalidade infantil e de mortalidade de jovem, refletindo a fase final de um longo e doloroso processo de depopulação. Iniciando-se em 1946 uma política mais racional e humana em relação a vários grupos indígenas, inclusive os Kamaiurá, observa-se o crescimento populacional e a natural ampliação de faixas etárias mais jovens na população.

A pirâmide do Quadro III reflete as condições satisfatórias da vida do grupo nos últimos 20 anos. Realmente o Parque Nacional do Kingu veio criar condições que impediram o impacto mais agressivo da sociedade brasileira. Persistindo muitos dos valores da cultura grupal, desenvolveu-se também o crescimento da população. Concomitantemente, medidas sanitárias vieram reduzir consideravelmente a mortalidade infantil.

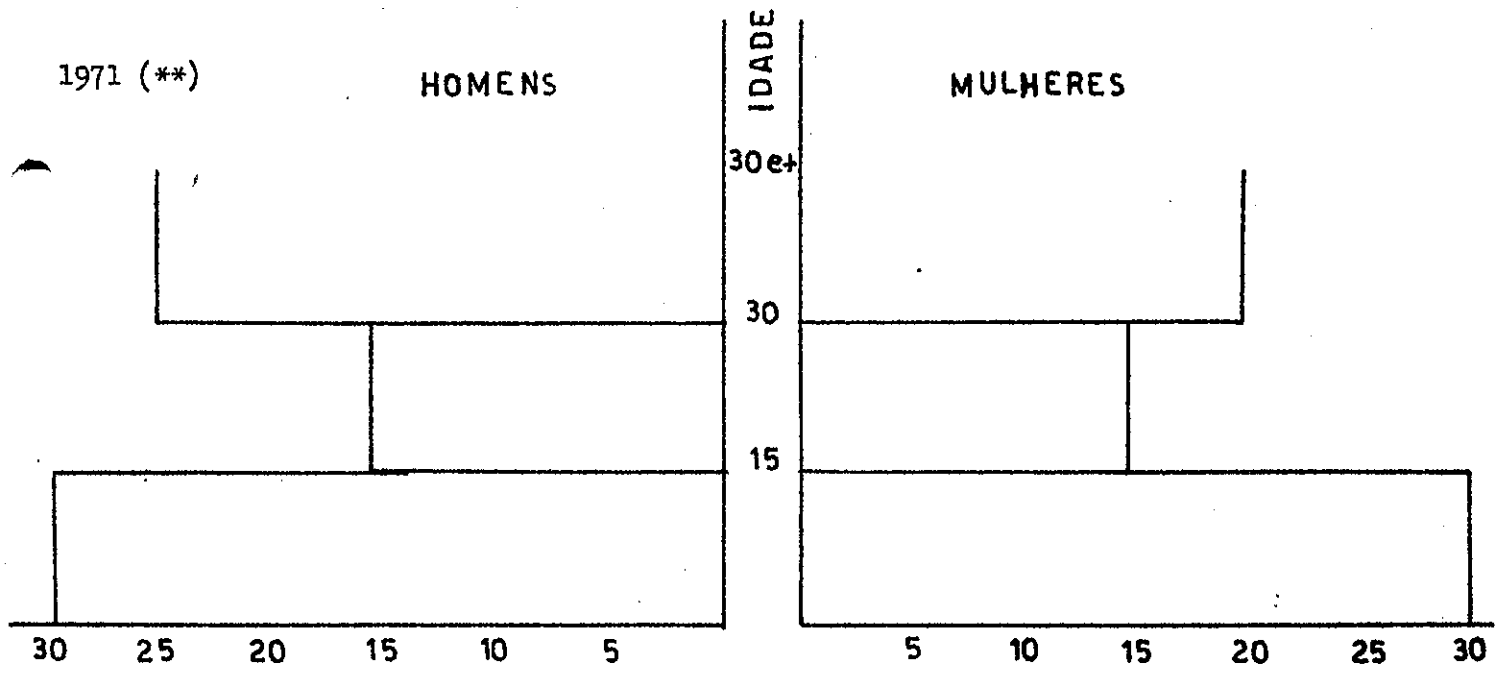
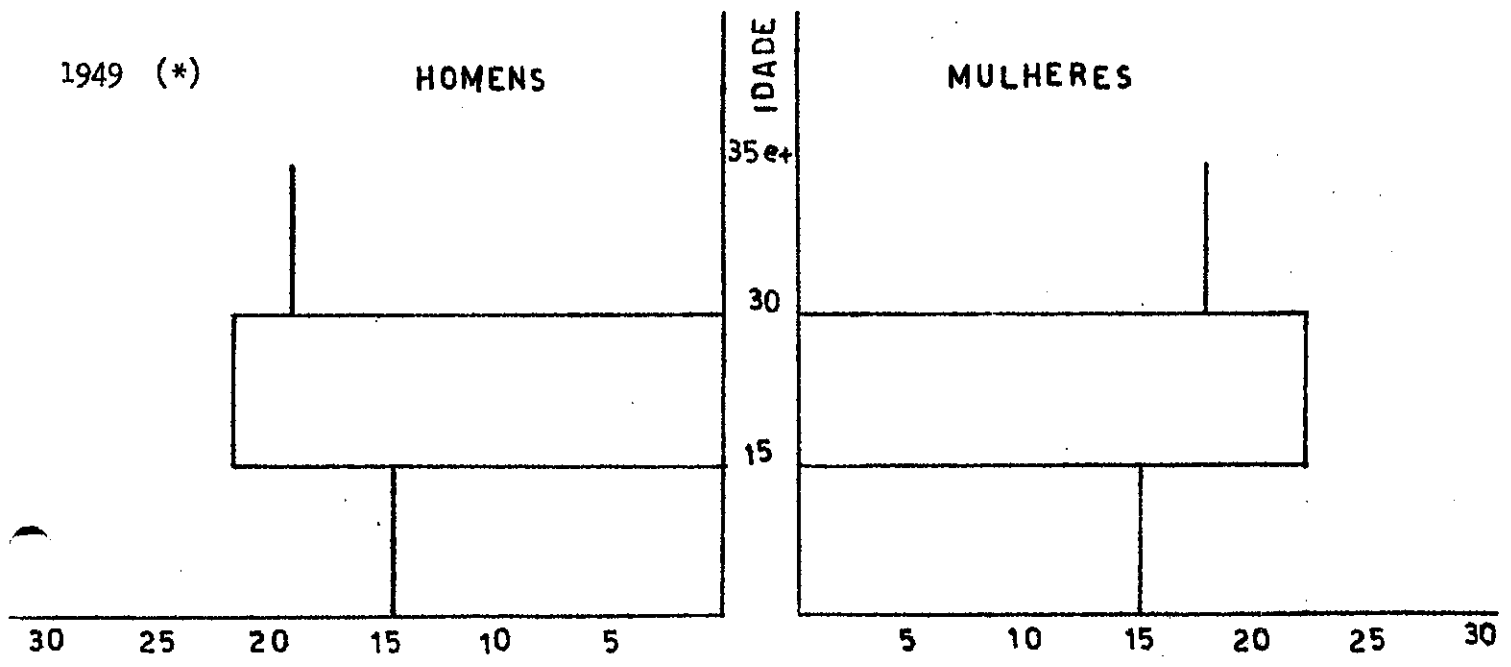
O Quadro IV apresenta uma lista de tôdas as mulheres não solteiras da aldeia. O número médio de filhos vivos por mulher, em grande maioria ainda em período reprodutivo, é de 2,4. Considerando-se todos os nascidos vivos, o número médio alcançado é de 3,7 filhos por mulher. A moda do número de nascidos vivos é de 4 e a de filhos vivos é de 2. A distribuição varia, para o caso de nascidos vivos, entre zero filhos (para 3 mulheres) e um caso de 9 filhos.

Êstes dados revelam um padrão de fertilidade certamente muito inferior às possibilidades biológicas de reprodução do grupo kamaiurá. Evidentemente, os níveis baixos de fertilidade, inferiores aos das populações caboclas brasileiras, indicam a presença de normas sociais que afetam as chamadas variáveis intermediárias (Davis e Blake⁽⁴⁾) que influenciam a fertilidade.

(4) FREEDMAN, Ronald - The sociology of human fertility. England, Basil Blackwell, 1963. p. 39.

QUADRO II

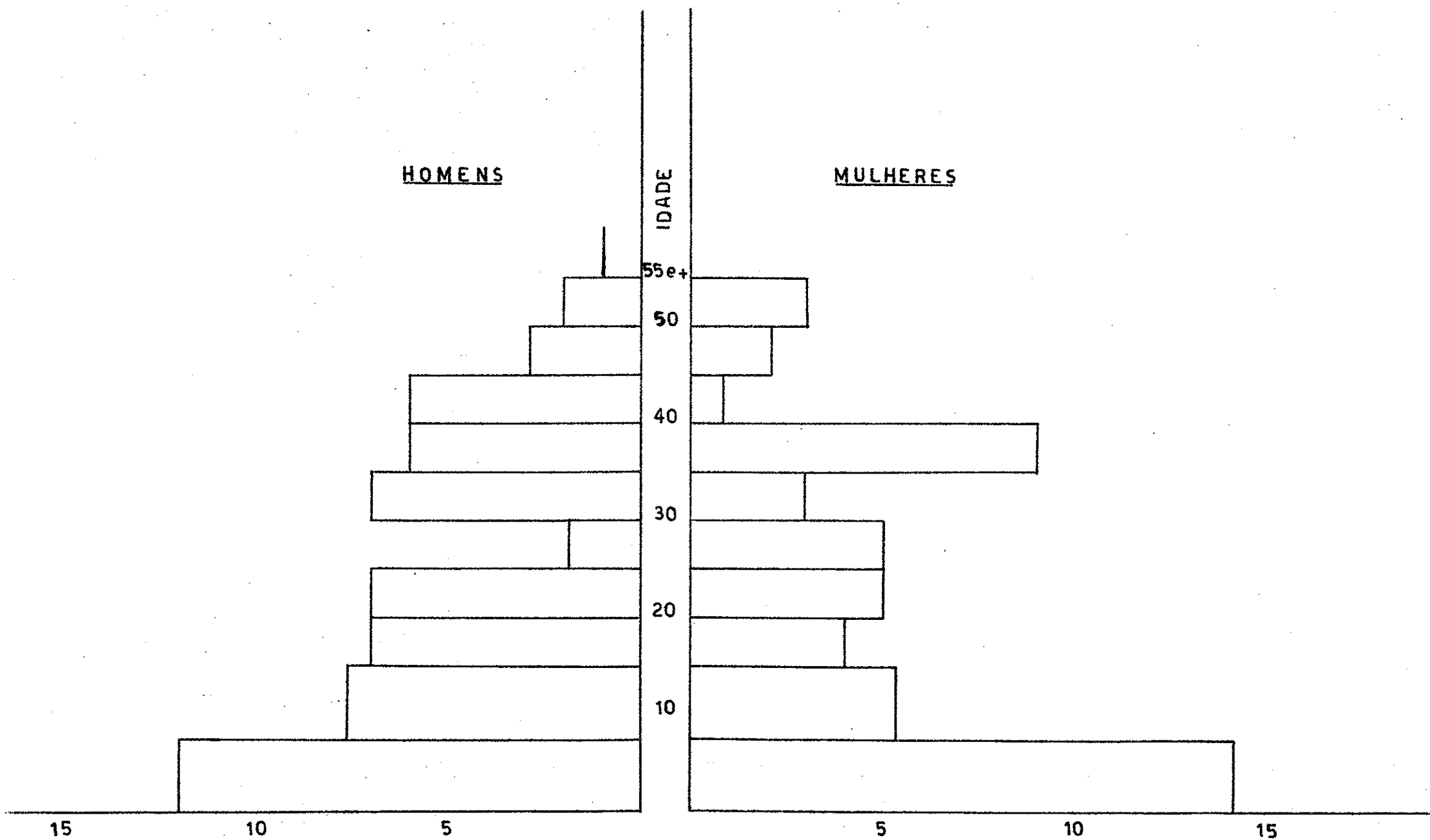
PIRÂMIDE DE IDADE EM 1949 E 1971 DA POP. KAMAIURÁ



FONTE: (*) GALVÃO, Eduardo - "Apontamentos sôbre os índios Kamaiurá" (in: CARVALHO, J.C.M., LIMA, Pedro E. & GALVÃO, Eduardo - Observações zoológicas e antropológicas na região dos formadores do Xingu, Rio, Imprensa Nacional, 1949. p. 31/48.

(**) Pesquisa de campo, 1971.

PIRÂMIDE DE IDADE DA POPULAÇÃO KAMAIURÁ



QUADRO IV
LISTA DA POPULAÇÃO FEMININA KAMAIURÁ E NÚMERO DE FILHOS
VIVOS E MORTOS

MULHERES	IDADE APROXIMADA	FILHOS VIVOS	FILHOS MORTOS
1	15-19	-	-
2	20-24	-	-
3	20-24	1	-
4	20-24	2	-
5	20-24	2	1
6	20-24	4	-
7	25-29	-	-
8	25-29	2	-
9	25-29	2	1
10	25-29	3	-
11	25-29	2	2
12	30-34	3	1
13	30-34	2	1
14	30-34	6	1
15	35-39	2	3
16	35-39	4	-
17	35-39	4	2
18	35-39	3	2
19	35-39	4	-
20	35-39	5	4
21	35-39	1	-
22	35-39	4	2
23	35-39	2	2
24	40-44	3	4
25	45-49	1	1
26	45-49	3	2
27	50-54	1	5
28	50-54	1	2
29	50-54	3	2
TOTAIS		70	38

FONTE: Pesquisa de campo, 1971

As variáveis intermediárias são aquelas que afetam diretamente a fertilidade de uma população. As normas e os valores sociais afetam a fertilidade necessariamente, através da atuação das variáveis intermediárias. Davis e Blake classificaram os seguintes fatores como constitutivos das variáveis intermediárias: 1) fatores relativos à formação e à dissolução de uniões; 2) fatores relativos à relação sexual na união; 3) fatores relativos à exposição à concepção; 4) fatores relativos à gestação e ao parto.

O que parece particularmente interessante no estudo do comportamento reprodutivo da população kamaiurá não é somente a análise de normas e valores que afetam as variáveis intermediárias e determinam de maneira não intencional um certo padrão de fertilidade. Mais significativo é a existência de valores precisos quanto ao número ideal de filhos e a disposição - com recursos técnicos disponíveis - de limitar a prole ao número desejado.

Para fins da presente análise vai se distinguir entre as normas e valores que afetam a fertilidade de modo não intencional e os valores conscientes sobre o tamanho da família e o número ideal de filhos.

3.1. Normas e Valores que Afetam de Modo não Intencional a Fertilidade

3.1.1. Fatores Relativos à Formação da União

Há na cultura kamaiurá uma expectativa generalizada de que todas as pessoas se devem casar. O casamento, além das funções de procriação e as de natureza sexual, torna-se igualmente necessário por razões econômicas, decorrentes da divisão social do trabalho. Salvo uma jovem recém-saída da reclusão e uma separada, atualmente não há nenhuma mulher, em idade fértil, não casada, na aldeia.

O casamento se efetua, para as mulheres, logo após o início de seu período reprodutivo, sendo que o tempo de reclusão após a primeira menstruação prolonga-se ao máximo por um ano. Cessando a reclusão ocorrem imediatamente os casamentos, em geral anteriormente combinados.

A ruptura da união, conseqüente da separação do casal, não impede a contratação imediata de um nôvo casamento. A morte de um cônjuge, entretanto, obriga o sobrevivente a um período considerado de "luto", cuja duração é variada, no qual não pode se casar novamente.

De modo geral, pode-se considerar que as normas relativas à formação da união tenderiam a favorecer uma alta fertilidade, quer pelo início precoce do matrimônio, quer pela facilidade na contratação de nôvo casamento. Em relação às normas de casamento há de se considerar também a liberdade de relações extra-conjugais, que representa uma modalidade restrita mas relativamente difundida de relacionamento sexual. Normalmente, formam-se casais de namorados, parceiros temporariamente estáveis, cujo grau de legitimação é muito inferior ao do casamento. Esse tipo de união é muito menos fértil do que o casamento formal, como se verá a seguir.

3.1.2. Fatores Relativos à Relação Sexual

Existem alguns tabus que limitam as relações sexuais em certas ocasiões:

- a) quanto aos homens, há restrições ao relacionamento sexual dos pajés durante seu período de iniciação e dos lutadores nas competições festivas;
- b) no que respeita às mulheres, prevê-se um período de abstinência sexual que, idealmente, deveria perdurar durante um ano após o parto;
- c) interessante observar que a cultura kamaiurá não considera a relação sexual como uma obrigação estrita ligada aos papéis de mulher casada. Supõe-se a anuência voluntária da mulher, não havendo expectativa de formas de constrangimento que a obriguem a uma relação momentaneamente não desejada.

3.1.3. Fatores que afetam a concepção

Como as crianças são amamentadas por período variado de tempo, mas geralmente bastante longo, chegando até 3 anos, a fecundabilidade das mulheres diminui consideravelmente nesse espaço de tempo.

3.2. Normas e Valores que Afetam de Modo Intencional a Fertilidade

3.2.1. Geralmente as decisões relativas às consequências reprodutivas do ato sexual e à continuidade das gestações decorrem de intenções conscientes a respeito do tamanho da família e do desejo de se ter ou não um filho. Os kamaiurá afirmam ter o conhecimento de ervas capazes de evitar a concepção e que seriam propriamente anti-concepcionais. Não nos foi possível ainda realizar uma análise farmacológica e experimentos suficientes para controlar a veracidade dessa crença.

Observa-se que acreditam igualmente na propriedade que têm algumas ervas de facilitar a fecundação.

3.2.2. Quanto às variáveis relativas ao desenvolvimento da gestação afirmam os kamaiurá possuir remédios capazes de provocar o abortamento. Quer através de processos mecânicos, quer por meio de ervas, cuja eficácia farmacológica não foi controlada, as mulheres praticam efetivamente o abortamento.

Em algumas situações sociais a cultura kamaiurá legitima o abortamento. Geralmente o status da mulher constitui o fundamento para a decisão de abortar. As mulheres sem marido ou cujo marido tenha estado ausente por um período longo de tempo recorrem a práticas abortivas. O padrão de liberdade sexual extra-conjugal pode ocasionar concepção indesejável, que é igualmente interrompida.

Observe-se que o infanticídio como forma eticamente aceita de impedir a sobrevivência do recém-nascido justifica-se no caso do nascimento de gêmeos, de crianças defeituosas e, eventualmente, nas situações de status análogas às que levam ao abortamento provocado. Importante considerar que as práticas abortivas são também utilizadas como uma maneira deliberada de planejar o tamanho da família e evitar um nascimento indesejado.

O Quadro V revela o número ideal de filhos por sexo e idade dos entrevistados. As perguntas formuladas foram: "Quantos filhos é bonito ter?" e "Quantos filhos gostaria de ter?", formulações semelhantes visando esclarecer ao entrevistado o sentido da indagação.

QUADRO V

IDEAL DO TAMANHO DA FAMÍLIA E NÚMERO DE FILHOS VIVOS E MORTOS DOS ENTREVISTADOS

IDADE APROXIMADA	MULHERES			HOMENS		
	NÚMERO DE FILHOS			NÚMERO DE FILHOS		
	VIVOS	MORTOS	IDEAL	VIVOS	MORTOS	IDEAL
15-19	-	-	2			
15-19	-	-	2			
25-29	2	2	2-3	2	-	2-3
25-29	3	-	3			
30-34	6	1	10	2	-	3-4
30-34				2	1	3
35-39	2	2	5	2	2	2
35-39	4	-	5			
35-39	1	-	5-10			
35-39	3	2	8			
45-49				4	2	5-10
50-54	1	2	5			
50-54	1	5	1			
50-54	3	2	10			

FONTE: Pesquisa de campo, 1971

Inicialmente, a pesquisa permitiu observar que a idéia de um tamanho bonito e conveniente de família não era estranha ao universo cultural do grupo estudado. O tamanho ideal apresentado estava longe das potencialidades biológicas e indicavam uma dimensão não muito grande de família.

Entre as gerações, as diferenças relativas ao tamanho ideal da família seriam devidas, provavelmente, à acentuada diminuição da mortalidade infantil e da mortalidade entre os jovens, levando as mulheres das gerações que iniciam seu período reprodutivo a redefinirem o número desejado de filhos de modo a manter a mesma família relativamente pequena da tradição kamaiurá.

O Quadro VI, construída por Darcy Ribeiro com dados de 1954, mostra para uma população culturalmente análoga à dos kamaiurá índices de fertilidade semelhantes aos das gerações mais velhas do grupo estudado. A diferença evidente entre êsse Quadro e o IV diz respeito aos níveis de mortalidade. A taxa de mortalidade kamaiurá decresceu rapidamente nas últimas duas décadas. Presume-se que provavelmente esta alteração da dinâmica populacional veio ocasionar uma diminuição no número de filhos necessários para conseguir na sociedade kamaiurá o mesmo padrão de família que é funcional ao seu modo de produção e à sua cultura.

Na interpretação do ideal de família convém observar que as respostas fornecidas pelos informantes parecem indicar níveis diferentes de concreção.

O nível mais genérico e afastado da situação pessoal do entrevistado é aquêle no qual se considerava bom e conveniente um número relativamente grande de filhos (entre 5 e 10). Em segundo lugar o nível que implicava na definição de intenções pessoais do entrevistado no qual o número de filhos desejado girava entre 2 e 4.

O aspecto particularmente significativo da dinâmica populacional kamaiurá diz respeito ao nível de plena racionalidade com que se entende o processo reprodutivo. Esta racionalidade, que a teoria da transição demográfica supõe emergir após um processo histórico determinado, encontra-se realizada sem outras interferências culturais na tradição kamaiurá.

QUADRO VI

PARTOS	MÃES	NASCIMENTOS	MORTES	SOBREVIVENTES
1	6	6	2	4
2	2	4	2	2
3	5	15	7	8
4	3	12	5	7
5	4	20	12	8
6	1	6	5	1
7	4	28	20	8
8	-	-	-	-
9	2	18	10	8
TOTAIS	27	109	63	46

FONTE: RIBEIRO, Darcy - Os índios e a civilização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. p. 298

A análise das motivações a respeito do tamanho da família e dos motivos que justificariam sua ampliação, ou diminuição, deixa transparecer um estilo de controle racional que nos surpreende por sua "modernidade". Assim, o desejável aumento do tamanho da família liga-se, especialmente em relação aos homens com funções de liderança, à idéia de que a expansão demográfica kamaiurá é condição da sobrevivência do grupo e da realização mais completa de suas aspirações culturais. A família grande é igualmente justificada em termos dos papéis de proteção e segurança que os filhos poderiam representar em relação aos pais.

Por outro lado, racionalidade paralela encontra-se nas justificativas referentes a um ideal de família bastante reduzida. "Os filhos gastam muita comida", "dão muito trabalho", constituem o centro da argumentação de natureza econômica que fundamenta, aos olhos da cultura kamaiurá, a opção por uma família pequena.

Encontramo-nos pois face a uma atitude racional e "moderna" que escapa inteiramente ao evolver histórico previsto na teoria da transição demográfica. Na visão kamaiurá da família não ocorre uma concepção fatalista ou a inércia do peso de uma tradição estática; ocorre um projeto perfeitamente consciente de que o tamanho da família constitui uma esfera de decisão livre e racional. Nem a frente cabocla brasileira, nem os contatos ocorridos no Parque explicariam as atitudes e valores dos kamaiurá sobre o comportamento reprodutivo. Seria interessante comparar as concepções dos setores rurais brasileiros, determinadas por suas funções na divisão social do trabalho da nação com a visão do mundo kamaiurá, muito mais livre e que define seus objetivos a partir de uma visão globalizante de seus próprios interesses e do patrimônio cultural que lhe cabe usufruir e preservar.
